

Os Pobres, Tesouro da Igreja

PAPA LEÃO XIV. Exortação Apostólica *Dilexi Te*: sobre o amor para com os pobres. Vaticano, 4 out. 2025.

A Exortação Apostólica *Dilexi Te*, do Papa Leão XIV, surge no cenário eclesial como um documento de profunda densidade teológica, pastoral e social, que busca reafirmar uma das verdades mais essenciais e, por vezes, negligenciadas da fé cristã, o vínculo indissolúvel entre o amor a Deus e o amor aos pobres. O título, extraído do Livro do Apocalipse (Ap 3, 9), significa «Eu te amei» e estabelece, desde o início, o tom da mensagem, a declaração de amor incondicional de Deus dirigida, de modo particular, àqueles que são desprovidos de poder e recursos. Estruturado em uma introdução e cinco capítulos, o documento se apresenta como uma herança e continuidade do pontificado do Papa Francisco, que preparava uma exortação com o mesmo título antes de seu falecimento. Leão XIV assume este projeto com o desejo de que «todos os cristãos possam perceber a forte ligação existente entre o amor de Cristo e o seu chamamento a tornarmo-nos próximos dos pobres» (§ 3). Deste modo, a Exortação não é apenas um tratado, mas um convite urgente à santificação através do serviço, posicionando o cuidado com os pobres não como uma atividade setorial da Igreja, mas como a revelação do «próprio coração de Cristo» (§ 3).

***Paulo Afonso Tavares**

*Mestre em Ciências da Religião
pela Pontifícia Universidade
Católica de Goiás (PUC GOIÁS).
Contato: jor.pauloafonso@gmail.com

Texto enviado em
12.10.2025
Aprovado em
17.11.2025



No Capítulo I, «Algumas Palavras Indispensáveis», o Pontífice estabelece as bases hermenêuticas para a leitura de toda a Exortação. Partindo da cena evangélica da mulher que unge Jesus com um perfume precioso, o Papa Leão XIV desfaz a falsa dicotomia entre o culto a Deus e o serviço aos pobres. A afirmação de Jesus, «`Pobres, sempre os tereis convosco`» (Mt 26, 11) (§ 4), é interpretada não como uma resignação à miséria, mas como a revelação de uma presença perene de Cristo no mundo, que se une à sua promessa de estar «sempre convosco» (Mt 28, 20) (§ 5). Assim, «o contato com quem não tem poder nem grandeza é um modo fundamental de encontro com o Senhor da história» (§ 5). Apoiando-se na Escritura, o autor recorda que o clamor dos pobres é o próprio clamor que Deus ouve, como na revelação a Moisés (§ 8), e a indiferença a este chamado nos afasta do coração divino. A análise avança ao reconhecer a pobreza como um «fenômeno multifacetado» (§ 9), que abrange não apenas a carência material, mas também a marginalização social, cultural, espiritual e a negação de direitos. O documento critica veementemente a insuficiência do compromisso global para erradicar a pobreza e a persistência de uma «cultura que descarta os outros» (§ 11), onde elites ricas prosperam em meio à indiferença pela morte de milhões. Por fim, o capítulo desfere um golpe contra duas ideologias modernas, a que mede a pobreza com «critérios doutros tempos não comparáveis à realidade atual» (§ 13) e a «falsa visão da meritocracia», que culpa os pobres por sua condição, ignorando que, para a maioria, a pobreza não é uma escolha (§ 14).

O Capítulo II, «Deus Escolhe os Pobres», aprofunda a fundamentação teológica desta preferência divina. Leão XIV explana que a «opção preferencial de Deus pelos pobres» (§ 16), expressão que, segundo o autor, surgiu no contexto latino-americano e foi plenamente integrada ao Magistério da Igreja, não se trata de um exclusivismo. Pelo contrário, «pretende sublinhar o agir de Deus que, por compaixão, se dirige à pobreza e à fraqueza da humanidade inteira» (§ 16). Esta predileção divina, manifesta em todo o Antigo Testamento, encontra «a sua plena realização» na pessoa de Jesus Cristo (§ 18). A Exortação argumenta com vigor que Cristo não foi apenas um Messias para os pobres, mas um Messias pobre. Sua condição social é evidenciada por ser um artesão (*téktōn*), pela oferta de seus pais no Templo e por sua própria declaração de não ter “onde reclinar a cabeça” (§ 20). Ele se apresenta, portanto, “não só como Messias pobre, mas também como Messias dos pobres e para os pobres” (§

19). Sua missão, inaugurada na sinagoga de Nazaré, foi a de «anunciar a Boa-Nova aos pobres» (Lc 4, 18) (§ 21), e a proclamação das Bem-Aventuranças confirma que a eles «primeiramente se dirige a palavra de esperança e libertação do Senhor» (§ 21). Concluindo o raciocínio teológico, o Papa reitera a inseparabilidade do amor a Deus e ao próximo, citando a Carta de São Tiago, que adverte que a fé sem obras «está completamente morta» (§ 29). A mensagem bíblica, conforme ressalta o pontífice, «é uma mensagem tão clara, tão direta, tão simples e eloquente que nenhuma hermenêutica eclesial tem o direito de relativizar» (§ 31).

No Capítulo III, «Uma Igreja para os Pobres», Leão XIV empreende uma vasta recuperação da Tradição bimilenária da Igreja, demonstrando que o serviço aos necessitados não é uma invenção moderna, mas uma nota constitutiva da identidade eclesial. O capítulo abre com a recordação do desejo de seu predecessor: «`Ah, como eu queria uma Igreja pobre e para os pobres!`» (§ 35), um anseio que ecoa a verdade de que a Igreja «reconhece nos pobres e nos que sofrem a imagem do seu fundador pobre e sofredor» (§ 36). Esta seção se torna um verdadeiro tesouro de exemplos históricos. Começa com São Lourenço, que no século III apresentou os pobres como «os tesouros da Igreja» (§ 38). Em seguida, aprofunda-se na sabedoria dos Padres da Igreja, São João Crisóstomo, que alertava para não honrar a Cristo com sedas no templo enquanto Ele passa frio lá fora (§ 41), e que definia a apropriação dos bens como um roubo aos pobres (§ 42), e Santo Agostinho, que, influenciado por Santo Ambrósio, via a esmola como «justiça restabelecida» (§ 43) e no pobre a «presença sacramental do Senhor» (§ 44).

A Exortação percorre, então, as múltiplas formas como esta caridade se encarnou na história. No cuidado com os enfermos, destaca o papel de fundadores como São João de Deus e São Camilo de Lélis, e a indispensável «presença materna e discreta» das congregações femininas (§ 51). Na vida monástica, mostra como São Basílio e São Bento fizeram de seus mosteiros centros de solidariedade, onde Cristo era recebido na pessoa dos peregrinos e necessitados (§ 55). A missão de libertar os cativos é exemplificada pelas ordens dos Trinitários e Mercedários, que combatiam a escravidão oferecendo até a própria vida em troca, uma herança que, segundo o autor, continua hoje na luta contra o tráfico de pessoas e outras «escravidades modernas» (§ 61). As Ordens Mendicantes, como Franciscanos e Dominicanos, são apresentadas

como uma «revolução evangélica» (§ 63) de homens que não apenas serviam os pobres, mas se tornavam «pobres com eles» (§ 63). A instrução dos pobres é celebrada através das obras de São José de Calasanz, fundador da «primeira escola pública popular e gratuita da Europa» (§ 69), e de São João Batista de La Salle. O acompanhamento dos migrantes, desde São João Batista Scalabrini e Santa Francisca Cabrini até o apelo do Papa Francisco para «acolher, proteger, promover e integrar» (§ 75), é afirmado como reconhecimento da «presença viva do Senhor» (§ 73). Por fim, o capítulo se volta para os santos dos últimos, como Santa Teresa de Calcutá e Santa Dulce dos Pobres, e para os movimentos populares, reconhecendo que a luta pela dignidade também é travada por leigos que buscam combater «as causas estruturais da pobreza» (§ 81).

O Capítulo IV, «Uma História que Continua», foca no desenvolvimento da Doutrina Social da Igreja no período contemporâneo. O Papa Leão XIV afirma que o Magistério dos últimos 150 anos constitui um «verdadeiro tesouro de ensinamentos sobre os pobres» (§ 83). O Concílio Vaticano II é apontado como um marco, especialmente pela visão de São João XXIII de uma «Igreja de todos e particularmente Igreja dos pobres» (§ 84) e pela reafirmação da «destinação universal dos bens da terra» na constituição *Gaudium et spes* (§ 86). O magistério pós-conciliar é igualmente valorizado, São João Paulo II consolidou a opção pelos pobres como um «primado na prática da caridade cristã» (§ 87), enquanto Bento XVI, na *Caritas in veritate*, diagnosticou que a fome deriva mais da «escassez de recursos sociais» de natureza institucional do que da falta de alimentos (§ 88). Um destaque especial é dado ao episcopado latino-americano, cujas conferências em Medellín, Puebla e Aparecida são consideradas significativas para toda a Igreja. É nesse contexto que o documento aborda com força as «estruturas de pecado» (§ 90), denunciando a «ditadura de uma economia que mata» (§ 92) e afirmando que «a falta de equidade é a raiz dos males sociais» (§ 94). De forma decisiva, a Exortação adota a perspectiva do Documento de Aparecida de «considerar as comunidades marginalizadas como sujeitos capazes de criar cultura própria, mais do que como objetos de beneficência» (§ 100). Isso implica um deslocamento fundamental, não se trata apenas de ajudar os pobres, mas de se deixar evangelizar por eles, pois «só a proximidade que nos faz amigos nos permite apreciar profundamente os valores dos pobres de hoje» (§ 100).

Finalmente, o Capítulo V, «Um Permanente Desafio», serve como uma poderosa conclusão pastoral, traduzindo a rica tradição apresentada em um apelo inadiável para a Igreja de hoje. O autor reitera que o cuidado com os pobres não é um apêndice, mas «parte essencial do caminho ininterrupto da Igreja» (§ 103). Para o cristão, os pobres não são um «problema social» (§ 104), mas uma «questão familiar» (§ 104); eles pertencem «aos nossos» (§ 104). A parábola do Bom Samaritano é mobilizada para interpelar a consciência moderna, pois a indiferença generalizada é sintoma de «uma sociedade enferma, pois procura construir-se de costas para o sofrimento» (§ 107). Um dos pontos mais provocadores do capítulo é a afirmação de que «são precisamente os pobres que nos evangelizam» (§ 109). Eles revelam «a nossa precariedade e o vazio de uma vida aparentemente protegida e segura» (§ 109), desmascarando nosso orgulho e autossuficiência. A Exortação atinge seu clímax teológico ao afirmar que os pobres «não são uma categoria sociológica, mas a própria carne de Cristo» (§ 110). Consequentemente, uma comunidade eclesial que vive tranquila sem se ocupar dos pobres corre o risco de ser submersa pelo «mundanismo espiritual» (§ 113). Além disso, o Papa adverte que «a pior discriminação que sofrem os pobres é a falta de cuidado espiritual» (§ 114), insistindo que a opção por eles deve se traduzir numa «solicitude religiosa privilegiada e prioritária» (§ 114). Em suas palavras finais, o documento resgata o valor da esmola. Embora não seja a solução estrutural para a pobreza, ela «continua a ser um momento necessário de contato, encontro e identificação com a condição do outro» (§ 115), um gesto imprescindível para «tocar a carne sofredora dos pobres» (§ 119).

A Exortação Apostólica *Dilexi Te* é um documento de extraordinária relevância e força profética. Papa Leão XIV, ao tecer com maestria as Escrituras, a Tradição Patrística, a vida dos santos e o Magistério contemporâneo, não oferece simplesmente uma doutrina, mas um itinerário de conversão. A obra é uma crítica contundente a uma fé desencarnada e a uma sociedade que normaliza a exclusão. Ao mesmo tempo, é uma apaixonada carta de amor aos mais vulneráveis, reconhecendo neles não apenas um objeto de caridade, mas a presença sacramental de Cristo e sujeitos de evangelização. Trata-se de uma leitura indispensável, que desafia cada cristão, cada comunidade e cada estrutura social a responder concretamente ao chamado de Jesus Cristo, para que todo pobre possa sentir em sua própria carne as palavras que dão título a esta Exortação: «Eu te amei» (§ 121).